

INDICADOR SOCIAL

Miséria poderia ser erradicada com baixo custo, mostra pesquisa

SABRINA LORENZI

Rio

A erradicação da miséria no Brasil custaria apenas R\$ 11,62 mensais para cada brasileiro não-pobre, de acordo com cálculos da Fundação Getúlio Vargas (FGV). A “mesada” completaria a renda dos 36 milhões de pobres de maneira que estes tivessem o mínimo para sobreviver – o mínimo, segundo a linha de pobreza da FGV, é R\$ 119 (ou R\$ 125 em São Paulo). A conclusão, teórica e utópica, reitera a crítica do chefe do Centro de Estudos Sociais da FGV, Marcelo Neri, aos critérios de combate à pobreza no País. O especialista é, como ele mesmo se define, fã do programa Bolsa Família, mas um crítico contundente do aumento do salário mínimo e da Previdência como formas de distribuir renda.

“Continuamos a jogar dinheiro de helicóptero, a diferença é que agora as portas dos helicópteros se abrem também sobre os grupos de pobreza e as favelas, territórios não contemplados pelas políticas anteriores”, diz a pesquisa “Miséria, Desigualdade e Políticas de Renda: O Real do Lula”, que a *Gazeta Mercantil* antecipou na edição de ontem. Cada pobre precisa em média de R\$ 48,50 por mês para sair da miséria. Como a maioria da população não vive na pobreza, essa quantia pode ser diluída entre essas pessoas.

Os estados que mais aumentaram a renda no ano passado ilustram bem a metáfora do helicóptero. Maranhão e Alagoas lideraram os ganhos de renda, mas, apesar disso, foram os que menos reduziram a miséria entre os estados. A renda per capita dos ma-

ranhenses e alagoanos cresceu, respectivamente, 33,74% e 29,41%. A pobreza, por sua vez, recuou 9,73% e 11,3%, as últimas taxas da lista. “Houve aumento da desigualdade no Nordeste, talvez porque quem ganha salário mínimo, lá, está entre os mais ricos”, afirmou Neri.

“Cada real que se gasta com o Bolsa Família reduz a pobreza duas vezes e meia mais do que o gasto com o salário mínimo. E o Bolsa Família custa apenas 1% do PIB, enquanto, a Previdência consome 12% do Produto”, defende o pesquisador.

RENDA DO TRABALHO

Críticas à parte, o maior impacto na redução da pobreza tem sido, nos últimos anos, a renda do trabalho, como mostra a própria pesquisa. Nos últimos três anos, o País criou 7,3 milhões de empregos. Na população, considerados ricos e pobres, brancos ou negros, a renda média per capita é de R\$ 491, dos quais R\$ 372 provêm da renda do trabalho. Outros R\$ 96 derivam de benefícios da Previdência e R\$ 12 dos programas sociais. Desde 2001, segundo a pesquisa, a renda dos 50% mais pobres cresce 4,4% ao ano, enquanto a dos 10% mais ricos, 1,3% ao ano.

O estudo da FGV mostra também que a renda cresce mais em anos eleitorais. A renda de programas sociais cresce 22,57% em ano de eleições, enquanto a de previdência e trabalho aumentam, respectivamente, 10,51% e 3,16%. Outra prova é que a renda de pessoas em idade de voto cresce mais do que a de crianças e adolescentes que não participam diretamente das eleições.